

De qual África e de qual negro fala a escola?

Of which Africa and black which speaks to school?

Úrsula Pinto Lopes de Farias

Resumo

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa no município de Belford Roxo-RJ, referente à educação e às relações étnico-raciais. Nosso objetivo é analisar o posicionamento dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, em relação às questões étnico-raciais, conforme sinaliza a Lei n.º 10.639/2003. Entendemos que a constituição de marcos legais representa, à luz do movimento social, uma importante conquista, e é evidente que o texto da lei, por si só, não representa a “promoção automática” das práticas pedagógicas segundo sentido requerido pela legislação, assim, a escola constitui-se um campo de disputas epistemológicas. Essas disputas foram analisadas sob o referencial teórico de uma rede de autores, majoritariamente pesquisadores latino-americanos, cujos trabalhos discutem a Modernidade/Colonialidade, discutindo a perspectiva eurocêntrica e a colonialidade, que afirmam estar tão presente no cotidiano escolar. A esse debate acrescentaremos as relações com a perspectiva pós-crítica de currículo, discutidas por Tadeu Silva.

Palavras-chave: Anos iniciais. Lei 10.639/2003. Colonialidade.

Abstract

This work is the result of a survey in the municipality of Belford Roxo-RJ, related to education and ethnic-racial relations. Our goal is to analyze the position of teachers in the early years of elementary school, in relation to ethnic and racial issues, as signals Law No. 10.639 / 2003. We believe that the establishment of legal frameworks is in the light of the social movement, an important achievement, and it is clear that the text of the law, by itself, does not represent the “automatic promotion” of pedagogical practices second sense required by law, thus the school constitutes a field of epistemological disputes. These disputes were analyzed under the theoretical framework of a network of authors, mostly Latin American researchers whose papers have Modernity / coloniality, discussing the Eurocentric perspective and coloniality, who claim to be so present in everyday school life. In this debate we add the relations with the curriculum of post-critical perspective, discussed by Tadeu Silva.

Keywords: Early years. Law 10.639 / 2003. Coloniality.

Introdução

A Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a partir de 2003, foi modificada pela Lei n.º 10639/2003, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura da África e do Negro no Brasil. Essa lei é fruto direto da articulação de movimentos sociais negros e de professores, com o objetivo de se ter outro olhar sobre a história africana e afro-brasileira, uma vez que, o que se reforça no sistema educacional são visões estereotipadas sobre o negro e a África, salvo ações individuais de alguns professores.^{1,2}

Apesquisa aqui apresentada, ainda em andamento, é realizada entre os professores dos anos iniciais da rede pública municipal de Belford Roxo (município da região metropolitana do Rio de Janeiro). O objetivo principal é, portanto, analisar o posicionamento dos professores e professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em relação às questões étnico-raciais, conforme sinaliza a Lei n.º 10.639/2003.

Passados dez anos, essa legislação ainda não foi implementada em todas as redes de educação, sejam públicas ou privadas, e as tentativas de implementação não são desprovidas de tensões. É evidente que o texto da lei, por si só, não representa a “promoção

automática” das práticas pedagógicas segundo sentido requerido pela lei, pois nossa sociedade é marcada por importantes desigualdades sociais e raciais que refletem na educação. Desigualdades essas, fruto de uma complexa teia de nossa História nacional, construída sob uma perspectiva hierarquizante das relações étnico-raciais. Suas implicações, para o ensino da história do Brasil e das práticas pedagógicas de um modo geral, são evidentes: a hegemonia de currículos monoculturais, homogeneizantes do ponto de vista cultural, e a dominância de uma perspectiva eurocêntrica. É estabelecido um currículo que naturaliza conteúdos que são tradicionalmente aceitos, que visam uma cultura comum que reproduz as desigualdades.³

Metodologia e Resultados Preliminares

A pesquisa tem duas etapas: a primeira é a análise dos documentos oficiais da Secretaria Municipal de Educação que norteiam as ações pedagógicas e curriculares, bem como as orientações específicas no sentido de implementação da legislação em tela e os relatórios enviados pelas escolas sobre suas ações nesse sentido. A segunda etapa é a realização de um grupo focal com os docentes e entrevista com gestores

municipais responsáveis pela implementação da legislação em vigor.

A condução desta pesquisa é feita sob as lentes oferecidas por uma rede de autores, cujos trabalhos têm como foco a discussão sobre Modernidade/Colonialidade, discutindo a perspectiva eurocêntrica e a colonialidade, que afirmam estar tão presente no cotidiano escolar, e as possíveis relações com a perspectiva pós- crítica de currículo.

A Colonialidade se origina e se socializa a partir da conquista da América, naturalizando o modo de ser e de conhecer dos europeus, de maneira a fazer com que eles sejam também parte do *ethos* do colonizado.⁴ A colonialidade é, portanto, a hegemonia do ser, do poder e do conhecimento europeu sobre os demais.

A perspectiva pós-crítica, apresenta o currículo como uma possibilidade de narrativa étnica e racial, na medida que , de maneira ampla, dos livros didáticos às ações pedagógicas da escola e os rituais escolares celebram uma identidade nacional que reforça os privilégios da identidade dominante em detrimento das demais que recebem um tratamento folclórico e/ou exótico.⁵

Os resultados preliminares da análise documental revelam que a Proposta Curricular do Município, de 2003, não prevê essa discussão. O Documento Norteador de 2013 reserva a ela apenas dois parágrafos. Alguns encontros foram realizados, visando a formação de professores, mas com poucos docentes. Esses docentes seriam os multiplicadores, mas muitos têm dificuldade para o serem nas escolas. Os relatórios das escolas demonstram ainda uma visão de África idílica e pouco crítica. Com relação ao negro no Brasil ainda há um discurso pouco crítico sobre o racismo e sobre a sua participação na configuração da nação. Salvo algumas exceções e iniciativas individuais de alguns professores, o tratamento dado a África e ao negro é ainda muito eurocêntrico e hierarquizado.

Referências

1. Albert V, Pereira AA. Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro :Pallas;CPDOC-FGV. 2007.
2. Oliveira LF. História da África e dos Africanos na Escola: Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2012.
3. Lopes AC, Macedo E. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez. 2001.
4. Quijano, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina. 2009.; 1: 73-117.
5. Silva TT. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.